

Cardoso renegocia caso - 6 JUL 1993 - JORNAL DO BRASIL a caso dívidas estaduais *Publicas*

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que renegociará as dívidas dos estados com a União mesmo que o Congresso não aprove uma lei sobre o assunto. Sua idéia é tratar separadamente com cada estado, exigindo pagamentos diferenciados, sem se limitar a um comprometimento único de receita. “O importante é receber de cada um o que puder pagar”, afirmou.

Ontem, Fernando Henrique orientou o relator do projeto de rolagem na Câmara, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), para que não fosse pedida urgência na votação da matéria. A equipe econômica acredita que o projeto de Rigotto não tem consenso, o que poderia tornar a lei letra morta, como aconteceu com a anterior.

Rigotto acredita que, sem a lei, o governo terá dificuldades para promover a rolagem: “O projeto determina que as receitas próprias dos estados funcionem como garantia ao pagamento da dívida. Sem esse respaldo do Legislativo, será difícil definir as garantias”.

Devido ao impasse em torno das regras da rolagem que se arrasta desde 1991, o governo vem assistindo ao aumento do endividamento

dos estados à razão de 1% do PIB ao ano. Segundo dados obtidos pelo **JORNAL DO BRASIL**, de setembro de 1991 a janeiro deste ano, a dívida total dos estados subiu de US\$ 49 bilhões para US\$ 53,6 bilhões. Com os bancos federais, a dívida saltou no período de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 20,6 bilhões.

Alguns como Pernambuco e Bahia reduziram suas dívidas, mas outros engordaram ainda mais seu saldo negativo. São os casos, por exemplo, de São Paulo, que aumentou o estoque em 11%, o Rio Grande do Sul (15,6%) e Minas Gerais (13,2%). A dívida aumentou em detrimento da queda na receita líquida real, principal argumento utilizado pelos governadores.

Em 1990, os estados tiveram receita líquida de US\$ 45 bilhões, caindo, dois anos depois, para US\$ 33,5 bilhões. Os secretários estaduais de Fazenda alegam que o ganho de receita dado aos estados pela Constituição foi tragado pela recessão promovida pelo governo Collor. Por isso, os mais ricos insistem no limite de 7% de suas receitas líquidas, enquanto o governo quer 9% para o primeiro ano e 11% a partir do segundo.